



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

AS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL E DA PRODUÇÃO PATRONAL/EMPRESARIAL NA REGIÃO DE MARABÁ

Etiane Patrícia dos Reis da Silva¹ - Unifesspa
Maurílio de Abreu Monteiro² - Unifesspa

Agência Financiadora: PÓS-GRADUAÇÃO/PROFIT

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Sociologia Rural e Economia Rural

1. INTRODUÇÃO

O projeto de modernização da ditadura militar que vigorou no Brasil nos anos 60, 70 e parte da década de 80 atuava no sentido da anulação do campesinato nas áreas de colonização antiga do país (estratégia de modernização do latifúndio e tecnificação concentradora e conservadora) e novas -colocação do grande capital na fronteira³. (COSTA, 2012).

Neste quadro, ainda segundo a ótica de Costa (2012), a modernização da agricultura assume posicionamento estratégico, quer como componente do crescimento econômico geral que se pretende imprimir, quer como negação da via de desenvolvimento reivindicada por setores populares derrotados pelo golpe de 1964. Em linhas gerais, impunha-se às forças de domínio que se afirmam no interior do Estado de exceção industrial do projeto “Brasil-Potência, tão caro aos militares, braço armado da conjuntura, e ao capital monopolista, “revolucionário civil de primeira hora”, e que, de outro, possibilitasse manter intocadas as relações vigentes de propriedade das terras do país.

Esta perspectiva se configura enquanto uma escolha racional do Estado no ímpeto de uma onda modernizadora, conservadora e ditatorial que apresenta como principais características as: centralidade na grande empresa rural, a quem é especialmente tratada pelo Estado como garantidora de desenvolvimento regional.

No que se refere à Amazônia brasileira, nos trabalhos acadêmicos, em termos gerais, há pelo menos três vertentes de interpretação sobre a produção camponesa na região: uma marcada pela forte associação entre a produção camponesa e precariedade técnica, a fragilidade econômica e a miséria social; outra caracterizada por sua inserção em um ciclo da fronteira agrícola e uma terceira pela existência de processo de estabilização relativa da produção camponesa em meio de sua complexificação, entendendo-se este processo na inserção do mercado capitalista.

No caso da primeira vertente e os trabalhos a ela vinculados, apresentam visões simplificadoras e homogeneizadoras identificando a produção camponesa como sendo uma agricultura migratória de corte e queima de culturas temporárias voltadas tão somente a subsistência da família camponesa. Observado em SERRÃO (1995), SERRÃO, NEPSTAD E WALKER (1998).

Outra vertente é a que associa às dinâmicas da produção camponesa na Amazônia brasileira e entre esta, e o ciclo da fronteira, o mais expressivo deles é Velho (1976); Castro (1999; 2006), nestas perspectivas, enfatiza-se os fluxos migratórios, os agentes que atuam nestes territórios, bem como, os de modos de apropriação e as tensões presentes nestes espaços, lembrando que o processo histórico de ocupação humana na região foi determinado por fatores políticos e econômicos.

¹ Socióloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia-PDTSA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: etipatricia@gmail.com

²Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará. Professor associado da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil. E-mail: maurilio.monteiro@unifesspa.edu.br



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

É neste contexto de modernização orientada pela lógica externa do capital, atraído pelo estado ditatorial que se figura o processo de expansão da fronteira agrícola na região sudeste do Pará. A Fronteira Agrícola aqui será entendida a partir da reflexão de Costa (2012), Martins (1975) e Velho (1980) como um contínuo crescimento das estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para agricultura, pela ampliação da chamada margem extensiva desse desenvolvimento, o atendimento dos mercados urbanos em expansão, além de constituir excedentes populacionais gerados tanto pelas crises das áreas de plantation, quanto pelas dificuldades reprodutivas de camponeses em áreas marcadas pelo minifúndio.

No sudeste do Pará esta lógica concorrencial se dá concomitantemente, há disputas entre os que já estavam fixados à terra (os camponeses) e os que chegam atraídos pelos incentivos fiscais (os latifundiários, materializados pelas empresas rurais). Hébette (1989; 2006) afirma que a mobilização para a entrada de uma grande frente de trabalho na região sudeste do Pará era uma das estratégias colocadas em curso pelos governos militares, sob a égide da segurança nacional. A acumulação de capital privado nacional e internacional possibilitou a implementação de infraestrutura, como por exemplo, abertura de rodovias federais e construção de hidrelétricas, essas atividades careciam de mão-de-obra barata em larga escala. Promessas de titulação de terras para famílias “sem terra”, foi um elemento importante nesta composição da dinâmica regional. Esta dinâmica favoreceu um fluxo migratório nunca antes visto. Esta nova realidade social, composta por agentes sociais como interesses diversos incidiu de forma intensa nos processos de produção camponesa e empresarial, denotando assim, o surgimento de forças antagônicas que compuseram o campo no sudeste paraense.

Ampliando as possibilidades infra estruturais para abrigar a intensificação e consolidação da formação Agropecuária pelo processo de integração nacional materializado na construção das rodovias Transamazônica e PA 150.

A década de 1980, Os Grandes Projetos na Amazônia no cerne do Programa Grande Carajás, exercem um papel definidor dos processos de reorganização espacial, político, social e econômico da região. Este reorganização também atinge diretamente o espaço agrário, tendo a formação e/ou a intensificação da grande empresa Agropecuária extensiva. Subjacente ao processo de formação de estruturas como campesinato, fazendas e latifúndios empresariais.

A terra do estado do Pará, é privatizada de 1970 a 1980, com predominância inicial dos grandes latifúndios e o seu crescimento acelerado, o que levou estes grandes latifundiários ao controle de mais de 40% das terras privatizadas. Tal predomínio fez-se, contudo, concomitantemente com a crescente participação dos camponeses no total de terras privatizadas (em 1970, detinham 26% cinco anos depois, 29% em, 1980, 32%). De 1980 a 1985, a participação dos latifúndios empresariais no total de terras privatizadas caiu de 42% 33%, fortemente afetada pelas taxas negativas de crescimento que a área total de tais estabelecimentos experimenta no período. A participação dos camponeses cresceu ligeiramente, atingindo, em 1985, 33%. Com salto de quase 7 pontos percentuais, as fazendas apresentam a mais forte expansão do período (COSTA, 2012).

Há por conseguinte, um debate acadêmico, relevante e com posições contraditórias sobre as tendências da produção agropecuária da região. Neste contexto, o trabalho procurará identificar as tendências apresentadas para cada uma destas formas de produção.

2.MATERIAIS E MÉTODOS

No que se refere à circunscrição espacial da pesquisa, para viabilizar a construção de séries históricas, desde os anos 1970, que irão permitir identificar tendências e alterações no comportamento de indicadores relativos a fatores condicionantes da produção camponesa, tomadas como relevantes, recorrer-se-á a adoção da técnica de áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários (AMC) desenvolvida por Reis, Pimentel e Alvarenga (2008). Tendo por base tal técnica, a pesquisa envolverá a área abarcada atualmente pelos municípios de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

No trabalho, designar-se-á a produção familiar aquela na qual a posse da terra é de até 200ha e que recorre à força de trabalho familiar sempre superior a 50 % das atividades (Costa, 2007) e por produção patronal as demais formas de produção agropecuária.

Para inferência das tendências entre as duas formas de produção no agrário da região, será realizado o cálculo de indicador “Viés Característico da Produção Rural” (VCPR).

Utilização de dados dos censos agropecuários de 1995-1996 e o de 2006. Parte do tratamento estatístico visando o cálculo dos indicadores, o valor bruto da produção patronal e da agricultura familiar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa ainda está em execução, portanto, trabalhamos com a seguinte hipótese: nos anos de 1970 à 1985 houve avanços da apropriação da terra na região de Marabá de forma patronal de produção e que a partir de 1986 houve a ampliação da apropriação da terra pela Agricultura familiar a partir do acesso das políticas públicas e que, neste processo, a produção camponesa na região de Marabá como forma de ampliação da importância de produção agropecuária no âmbito das unidades produtivas familiares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto no item acima, trata-se de uma dissertação de mestrado com pesquisa em andamento, mas podemos refletir que a partir da década de 1960, a dinâmica de ocupação da terra se dá a partir da lógica capitalista de acumulação, a partir da extração da renda da terra. Neste sentido, chamamos a atenção para o conceito de economia camponesa, uma vez que é necessário relacionar a pequena produção ao processo de acumulação capitalista global, ressaltando a questão da expropriação do camponês quando de sua vinculação ao mercado. O pequeno produtor não somente permitiria a acumulação em outros setores, notadamente no ramo industrial, ao prover alimentos barateados à população, como também transferiria valor para a sociedade quando interfere indiretamente na fixação do valor da força de trabalho urbano-industrial.

REFERÊNCIAS

COSTA, Francisco de Assis. **Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo: Teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira.** 2ª edição. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: Os desafios do desenvolvimento sustentável.** 2ª edição. Belém: NAEA, 2012.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** Belém: Gráfica e Editora universitária-UFPA, 1988.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Brasília, FAO/INCRA, 98 p, 1994.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira: Campesinato e Sindicalismo no Sudeste paraense.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HALL, Antony. **Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito Social no Programa Grande Carajás.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

HÉBETTE, Jean. O surgimento do Programa CAT. A luta camponesa pela terra. In: **CAT- Ano décimo: Etnografia de uma utopia;** HÉBETTE, J. & NAVEGANTES, Raul(org.). Belém, UFPA, 2000.



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

_____. A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje. In: **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II, p. 33-43. Belém: EDUFPA, 2004.

_____. A resistência dos posseiros. In: **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II, p. 192-196. Belém: EDUFPA, 2004.

_____. Terra “pra burro”. In: **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II, p. 43-50. Belém: EDUFPA, 2004.

HOMA, A.; WALKER, R. et.al. **Redução do Desmatamento na Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: Embrapa, 1998 p119-143.

HURTIENNE, Thomas. **Agricultura familiar na Amazônia Oriental**. Novos Cadernos do NAEA. V.2, n. 1, Belém, 1999, p. 75-94.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Novos cadernos do NAEA. V.8, n. 1- p.019071. Belém, 2005.